

### Formulário de Resposta aos recursos - CES S14 – Engenheiro Agrônomo

Questão	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
TIPO 1: 36	<p>Alternativa correta – letra B</p> <p>Afirmação I: "O xilema é responsável pelo transporte de seiva elaborada, que contém nutrientes e produtos da fotossíntese." Errada. O xilema transporta seiva bruta (água e sais minerais absorvidos do solo). Quem transporta seiva elaborada (nutrientes produzidos na fotossíntese) é o floema.</p> <p>Afirmação II: "As plantas vasculares possuem tecidos especializados, como o xilema e o floema, para o transporte de água e nutrientes." Correta. Plantas vasculares (como pteridófitas, gimnospermas e angiospermas) possuem xilema e floema como tecidos condutores especializados.</p> <p>Afirmação III: "As pteridófitas, como as samambaias, se reproduzem por esporos, e não por sementes." Correta. As pteridófitas são plantas vasculares que não produzem sementes, e sim esporos para reprodução.</p> <p>Afirmação IV: "Coníferas são angiospermas, e suas sementes são envoltas por frutos." Errada. As coníferas são gimnospermas, e suas sementes não são envoltas por frutos — elas ficam expostas, geralmente em estruturas chamadas estróbilos (ou cones).</p> <p>Afirmação V: "O parênquima é um tecido vegetal que realiza principalmente a fotossíntese, armazenando substâncias e ajudando na respiração celular." Correta. O parênquima pode desempenhar diversas funções: Parênquima clorofiliano: realiza fotossíntese;</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>Parênquima de reserva: armazena substâncias; Também participa da respiração celular e da cicatrização.</p>		
TIPO 1: 44	<p>Gabarito correto: (C) Chefe do Poder Executivo, conforme critérios legais.</p> <p>Texto do Art. 6º da Lei nº 12.651/2012: Art. 6º – A intervenção ou supressão de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente somente será autorizada: I – em caso de utilidade pública; II – em caso de interesse social; III – em caso de baixa importância ambiental (quando se tratar de área urbana consolidada, conforme o regulamento). Em todos os casos, a autorização deve ser dada por ato do Chefe do Poder Executivo, conforme critérios estabelecidos nesta Lei e em regulamento. A Lei nº 12.651/2012 determina que a utilização de APPs em caso de interesse social (como moradias populares, atividades de utilidade pública, entre outras) pode ocorrer desde que autorizada por ato do Chefe do Poder Executivo (Presidente da República, Governador ou Prefeito, conforme o ente federativo envolvido) e respeitando os critérios técnicos e legais. (A) Ministério do Meio Ambiente: não tem competência exclusiva para autorizar diretamente. (B) Chefe do Legislativo municipal: o Legislativo não tem competência executiva para autorizações ambientais. (D) IBAMA e CONAMA: atuam como órgãos fiscalizadores e normativos, mas não autorizam diretamente a intervenção. (E) COMDEA: é um órgão consultivo municipal, sem competência legal para autorizar uso de APPs.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO
TIPO 1: 47	<p>Gabarito: (E) dispensar tratamento justo a terceiros. Art. 9º – Código de Ética Profissional do Engenheiro Agrônomo: "No exercício da profissão, o engenheiro agrônomo deve, ante o ser humano e a seus valores, agir com respeito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à fraternidade, prestando seus serviços com zelo e dispensando tratamento justo a todos os indivíduos." O artigo foca nos valores humanos universais como respeito, igualdade e justiça.</p>	DEFERIDO	ALTERNATIVA E

	<p>A única alternativa que se refere diretamente ao comportamento ético perante outras pessoas é a letra E, que reflete exatamente a exigência de tratamento justo a todos.</p> <p>(A) Harmonizar interesses pessoais aos coletivos Aparece em outros contextos do Código de Ética, mas não no Art. 9º.</p> <p>(B) Preservar o bom conceito e o apreço da profissão Relaciona-se à imagem da profissão, não aos valores humanos.</p> <p>(C) Conservar e desenvolver a cultura da profissão Trata-se de dever ligado ao desenvolvimento técnico e cultural da profissão, não ao trato com o ser humano.</p> <p>(D) Identificar-se e dedicar-se com zelo à profissão Refere-se à conduta profissional geral, não ao comportamento ético perante o próximo.</p>		
TIPO 1: 50	<p>Gabarito: (E) Sistema estadual e federal de informações.</p> <p>(A) Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental – COMDEA Está previsto no inciso VIII.</p> <p>(B) Zoneamento ambiental Está previsto no inciso III.</p> <p>(C) Fiscalização ambiental permanente Está no inciso VII.</p> <p>(D) Auditoria ambiental e monitoramento Está no inciso VI.</p> <p>(E) Sistema estadual e federal de informações Não está previsto no Art. 4º. O Art. 4º fala em "sistemas municipais de informações", não estaduais ou federais. Portanto, essa alternativa foge da competência e do foco municipal descrito na lei.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO